Formulário de Candidatura ao Procedimento Concursal

Código de Identificação do Processo

Código da Bolsa de Emprego Público: _____

Ref.º do Procedimento Concursal: _____

Diário da República n.º: _____ Data: _____

Código de Candidatoⁱ

Caraterização do Posto de trabalho

Carreira: _____ Categoria: _____

Área de Atividade: _____

 RJEP por tempo indeterminado RJEP por tempo determinado RJEP por tempo determinável

1. Dados Pessoais

Nome completo: _____

Data de nascimento:ⁱⁱ _____ Sexo: Masculino Feminino

NIF: _____ Nacionalidade: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - Localidade: _____

Concelho de residência: _____

N.º telefone: _____ N.º telemóvel: _____ Endereço eletrónico: _____

2. Nível Habilitacional

Assinale a opção adequada:

 01 – Menos de 4 anos de escolaridade 02 – 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico) 03 – 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico) 04 – 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico) 05 – 11.º ano 06 – 12.º ano (ensino secundário) 07 – Curso tecnológico/Profissional/outros (nível III)ⁱⁱⁱ 08- Bacharelato 09- Licenciatura 10- Pós-graduação 11- Mestrado 12- Doutoramento 13 – Cursos de especialização tecnológica 99 – Habilitação ignorada

2.1. Identifique o curso e/ou área de formação: _____

2.2. Indique curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento: _____

3. Situação jurídico/funcional do trabalhador

3.1. É titular de relação jurídica de emprego público? Sim Não3.2. Em caso **negativo** passe diretamente ao ponto 4 deste formulário. Em caso afirmativo, especifique a sua situação:3.2.1. **Nomeação** Definitiva Transitória por tempo determinado Transitória por tempo determinável**Contrato** Tempo indeterminado Tempo determinado Tempo determinável

3.2.2. Indique a sua situação atual:

 em exercício de funções; em licença; em valorização profissional; outra.

Posição remuneratória: _____ Nível: _____ Remuneração base: _____

3.2.3. Indique o órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções: _____

3.2.4. Indique a carreira e categoria detidas: _____

3.2.5. Indique a atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço: _____

3.2.6. Avaliação de desempenho (últimos 3 anos):

Ano: _____ Menção quantitativa: _____

Ano: _____ Menção quantitativa: _____

Ano: _____ Menção quantitativa: _____

4. Experiência Profissional e Funções Exercidas

4.1. Funções exercidas diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Função	Data início	Data fim

4.2. Outras funções e atividades exercidas:

5. Formação ou Experiência Profissional Substitutiva do Nível Habilitacional Exigido

5.1. No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva. ^{iv}

6. Opção por Método de Seleção ^v

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se em situação de valorização profissional, as exerceu por último e **pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios**, nos termos do [n.º 3 do artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#), assinale a seguinte declaração:

“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências**, e opto pelos métodos **Prova de Conhecimento e Avaliação Psicológica**.”

7. Requisitos de Admissão

“Declaro que reúno os requisitos previstos no [artigo 17.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#) e, se for o caso, os requisitos exigidos na [subalínea v\) da alínea d\) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A /2019, de 30 de abril](#)”. ^{vi}

Sim Não

8. Necessidades Especiais

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção. ^{vii}

Grau de incapacidade (%): _____ Tipo de incapacidade: _____

9. Declaração

“Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.” ^{viii}

Informação sobre proteção de dados pessoais (aplicável apenas a pessoas singulares)

Os dados pessoais recolhidos neste pedido são única e exclusivamente para dar cumprimento ao disposto no [artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo \(CPA\)](#) e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado, sendo que o tratamento dos referidos dados por parte do Município de Reguengos de Monsaraz respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.

Responsável pelo tratamento- Município de Reguengos de Monsaraz

Finalidade do tratamento – Cumprimento de uma obrigação legal ([CPA](#) e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público

Informação sobre proteção de dados pessoais (aplicável apenas a pessoas singulares)

Destinatário(s) dos dados – Serviço municipal com competência para apreciar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor

Conservação dos dados pessoais- Prazo definido na legislação aplicável ao pedido

- Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.
- Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o n.º de telemóvel indicado.

Documentos em Anexo

- Curriculum Vitae*;
- Certificado de habilitações;
- Comprovativos de formação (quantidade _____);
- Declaração a que se refere [ii\), d\), n.º 1 Artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril](#); ^{ix}
- outros.

Localidade _____ Data _____

O Requerente

Notas auxiliares de preenchimento

- i A preencher pela entidade empregadora.
- ii Indicar a data com o formato dd-mm-aaaa.
- iii Nível III: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)
- iv Exclusivo para concursos abertos nos termos do [n.º 2 do artigo 34.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#).
- v Exclusiva utilização em Recrutamentos por tempo indeterminado.
- vi Os requisitos são: nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; 18 anos de idade completos; não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; cumprimento das leis de vacinação obrigatória; os que lei especial preveja para a titularidade da categoria correspondente.
- vii [Artigo 6º, nº1 do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro](#).
- viii [Alínea g\) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril](#).
- ix Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da atividade que execute e do órgão ou serviço onde exerce funções.